

REVISTA COMITIVA

Informativo oficial do
Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho

ANO XXXVI - EDIÇÃO 458 - AGOSTO 26



BLINDAGEM JURÍDICA No AGRO

Como evitar passivos trabalhistas milionários na fazenda.

Reino unido
mantém portas
abertas para a
carne brasileira

O apagão de
talentos está em
curso e a solução
começa na sala

Mercado
e custos de
produção



 **SRCG**
CAMPO GRANDE
ROCHEDO
CORGUINHO

ÍNDICE

- 04 | Editorial
- 05 | Mais um cuidado do sindicato com quem vive do campo
- 06 | Enquanto a Europa recua, o Reino Unido espera
- 10 | O capital humano que falta ao agro brasileiro
- 12 | Menos boi, mais carne: o retrato da pecuária sul-mato-grossense
- 14 | Entre a China e a seca: os números que movem o boi
- 18 | Arrobas por hectare, não por animal – a nova métrica do corte
- 22 | Da fazenda ao mundo: o protagonismo exportador de Mato Grosso do Sul
- 24 | Do mangueiro à mesa de diretoria: histórias de três mulheres do agro
- 27 | Cuidar de quem cuida da terra
- 28 | Improviso trabalhista: o passivo que pode custar caro ao produtor
- 32 | Tradição e alegria: a Festa Julina do SRCG
- 33 | Aniversariantes de agosto
- 34 | Calendário do associado – Cursos de agosto
- 35 | Mural de oportunidades

DIRETORIA GESTÃO 2025/2028

Presidente – José Eduardo Duenhas Monreal

1º Vice-presidente – Luiz Felipe Orro

2º Vice-presidente – Eleiza Moraes Machado

1º Secretário – Giulian Rios

2º Secretário – Ronan Rinaldi Salgueiro

1º Tesoureiro – Huang Jean Paul

2º Tesoureiro – Alessandro O. Coelho



Rua Raul Pires Barbosa, nº 116
Miguel Couto – Cep 79031-010
Campo Grande/MS

Contatos:
(67) 3341-2151 | 3341-2696
srcg@srcg.com.br

**PRODUÇÃO
EDITORIAL**

Agência
SOABRASIL

(67) 99125-0670
Rua Ibirapuera, 549

EDITORIAL

As recuperações judiciais no Agro e seus reflexos na economia brasileira

Agosto é o mês em que todo produtor tem seu ano safra agropecuário fechado abrindo perspectivas para a próxima safra e ano de 2027. Contudo o próximo ano não se mostra alvissareiro para o produtor rural e consequentemente para economia brasileira. Vejamos o porquê.

O agronegócio brasileiro registrou 1.990 pedidos de recuperação judicial em 2025 — alta de 56,4% sobre 2024 e o maior volume da série histórica, segundo a Serasa Experian. E o ritmo não deu sinal de trégua: só no primeiro trimestre de 2026 foram 517 pedidos, alta de 33% ante o mesmo período de 2025, somando R\$ 38 bilhões em passivos. No acumulado do governo atual, o setor já soma 3.796 pedidos entre 2023 e 2025.

Os produtores rurais concentram 59% dos pedidos, seguidos por revendas e distribuidoras de insumos (16%), agroindústrias e usinas (12%) e empresas de logística e armazenagem (8%). A soja é a cultura mais afetada, respondendo por 45,1% de todos os pedidos, reflexo direto da queda de preços desde 2022/23 combinada com juros altos.

Em nível Brasil no ano de 2025, Mato Grosso do Sul ficou em 4º lugar entre os estados com mais pedidos de RJ, com 216 registros, atrás de Mato Grosso (332), Goiás (296) e Paraná (248). No 1º trimestre de 2026, MS respondeu por 8% dos pedidos nacionais. Localmente, o quadro é descrito como um forte aumento dos pedidos de recuperação judicial nos últimos anos, refletindo o avanço da inadimplência entre produtores rurais junto a bancos e fornecedores.

A combinação de fatores explica essa situação como por exemplo, quebra de safras, queda de preços de commodities e crédito restrito em meio a juros mais altos e forte aumento do custo de produção das lavouras de milho e soja face as guerras da Rússia e Ucrânia, e entre EUA e Irã. Bancos comerciais e públicos aparecem como credores em mais de 90% dos processos ou seja, o problema também pressiona o sistema financeiro que atende o setor, sem uma perspectiva de melhora nesse ano e para 2027, ainda uma incógnita em função de forte risco climático com El Niño pela proa e lavouras descobertas de seguro. Aliado a isso, 82% das famílias brasileiras se encontram com alguma dívida resiliente sendo que em 80% dos casos devido ao atraso no pagamento do cartão de crédito. Temos então, além de nossos gargalos estruturais já conhecidos como logística e armazenamento, um problema conjuntural de proporções de tempestade perfeita com todas as nuances e dificuldades para transpor este momento, culminando com uma reforma tributária em que a alíquota proposta é considerada a maior do mundo, em torno de 28%. Somente uma mudança política e economica com forte contenção nos gastos públicos poderá reverter essa situação que beira o precipício econômico e social.

O produtor rural, através do Sindicato Rural, Famasul e CNA e também como cidadão, deve refletir muito e participar do próximo pleito eleitoral para buscar mudanças nesse cenário atuando fortemente na eleição de propostas que realmente permitam segurança jurídica, menos impostos e segurança para as famílias no campo e na cidade.

Um abraço a todos e vamos em frente!



*José Eduardo
Duenhas Monreal*

Presidente do Sindicato
Rural de Campo Grande,
Rochedo e Corguinho



BENEFÍCIO EXCLUSIVO PARA ASSOCIADOS SRCG

Pronto Atendimento Virtual **App Meu Einstein.**



Após cadastro
realizado no SRCG,
**baixe o app
Meu Einsten**



Google Play



Apple Store



Login

O CPF do paciente é o login padrão.
A senha deve ser alterada após o
primeiro acesso ou clicar em **“Esqueci
minha senha”** e seguir o procedimento
que será enviado no e-mail cadastrado.



Serviço prestado por



Reino Unido mantém portas abertas para a **carne brasileira,** mas resposta final fica para dezembro



“ *O Reino Unido optou por não seguir automaticamente a suspensão anunciada pela União Europeia.* ”

Enquanto a União Europeia caminha para suspender compras de carne do Brasil por causa de novas regras sobre antimicrobianos, os britânicos optam por avaliar o sistema brasileiro de forma independente — decisão que evidencia o peso da rastreabilidade sanitária no comércio internacional de proteína animal.



O comércio internacional de carnes voltou a colocar em evidência um tema que, para o produtor brasileiro, deixou de ser apenas técnico: o controle do uso de antimicrobianos na produção animal. Nas últimas semanas, esse assunto ganhou contornos diplomáticos e comerciais, à medida que a União Europeia sinalizou suspender, a partir de 3 de setembro, a importação de carnes do Brasil relacionadas às novas regras sobre o tema.

Em meio a esse cenário, uma notícia trouxe alívio ao setor: o Reino Unido decidiu não seguir automaticamente a posição europeia.

A informação foi confirmada pela Associação Internacional de Comércio de Carne (IMTA), após reunião com o Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido, a Defra.

Segundo o órgão britânico, o país fará sua própria avaliação técnica dos sistemas de controle de antimicrobianos adotados pelo Brasil, de forma independente do bloco europeu. Na prática, isso significa que, mesmo que a UE avance com a suspensão prevista, o mercado britânico permanece, por ora, aberto à proteína brasileira.

O que está em jogo

Para entender a relevância da decisão, é preciso situar o contexto regulatório. Em 1º de julho, o Brasil anunciou um novo sistema de controle de antimicrobianos voltado às cadeias produtivas de bovinos e aves, resposta direta às exigências sanitárias que vêm sendo impostas por mercados importadores cada vez mais rigorosos com o tema da resistência antimicrobiana — uma preocupação global de saúde pública que também afeta diretamente a pecuária.

É justamente esse novo sistema que será analisado pelos britânicos. Segundo a IMTA, a avaliação deve ser concluída até dezembro de 2026, quando o Reino Unido decidirá se o modelo brasileiro atende aos requisitos de rastreabilidade de antibióticos exigidos para manter o fluxo comercial.

Até lá, o produtor brasileiro convive com um cenário de expectativa: de um lado, a União Europeia caminhando para restringir o acesso; de outro, um mercado relevante como o britânico optando pela cautela técnica antes de qualquer decisão definitiva.





Por que isso interessa ao produtor rural

À primeira vista, pode parecer um assunto distante da rotina de quem toca uma fazenda em Mato Grosso do Sul. Mas a realidade é outra. Decisões sanitárias tomadas em Bruxelas ou em Londres reverberam diretamente na cadeia produtiva brasileira, influenciando preço, demanda e, principalmente, a forma como o Brasil precisa se posicionar tecnicamente perante o mundo.

O episódio reforça uma tendência que já vinha se desenhando: mercados importadores estão cada vez mais exigentes quanto à rastreabilidade e ao uso responsável de antibióticos na produção animal. Não se trata mais apenas de preço competitivo ou volume de oferta — a credibilidade sanitária do sistema produtivo brasileiro passou a ser, ela própria, um ativo estratégico nas negociações comerciais.

Nesse sentido, a postura britânica de fazer uma avaliação própria, técnica e independente, é significativa. Ela sugere que existe, sim, espaço para o Brasil demonstrar a robustez de seus próprios controles sanitários, sem depender exclusivamente da interpretação europeia. Trata-se de uma oportunidade para que o setor produtivo, junto ao Ministério da Agricultura, reforce o diálogo com autoridades internacionais e apresente dados concretos sobre o novo sistema de controle implementado.

Um recado para o setor

Para a indústria brasileira de carnes, a expectativa é que esse tipo de decisão intensifique a pressão para que o governo brasileiro amplie as conversas diplomáticas com o bloco europeu, buscando reverter ou ao menos adiar a suspensão anunciada. Afinal, ainda que o Reino Unido represente um mercado importante, a União Europeia segue sendo um destino estratégico para a proteína animal brasileira.

O caso também ilustra um movimento mais amplo do comércio agropecuário global: a exigência sanitária deixou de ser apenas barreira, tornando-se também critério de diferenciação competitiva. Países que conseguem comprovar rastreabilidade, controle e transparência em seus sistemas produtivos tendem a manter — ou até ampliar — acesso a mercados mais exigentes, justamente em um momento em que consumidores e reguladores internacionais atribuem peso cada vez maior à segurança alimentar.

Para o produtor rural brasileiro, a lição prática é clara: investir em rastreabilidade, adequação sanitária e conformidade com boas práticas de manejo deixou de ser opcional. Cada vez mais, esses fatores serão determinantes para garantir a permanência do Brasil como fornecedor confiável em um cenário internacional que valoriza, além da produtividade, a qualidade e a segurança de toda a cadeia produtiva.

Enquanto a decisão final do Reino Unido não sai, o episódio serve como um alerta estratégico: o futuro do comércio internacional de carnes passará, cada vez mais, pela capacidade do Brasil de comprovar tecnicamente a excelência de seus próprios sistemas de controle sanitário.



Letícia Jacintho

Professora Rural, Presidente da Associação De Olho no Material Escolar; Conselheira permanente no Consed/FIESP (Conselho de Educação da Federação das Indústrias de São Paulo), integra também a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), é conselheira do Colégio Catamará e do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA).

O apagão de talentos está em curso e a solução começa na sala de aula

A educação é uma das principais agendas econômicas e estratégicas para o futuro; setor produtivo deve investir em capital humano

Produtividade e competitividade tornaram-se temas centrais para o futuro da economia brasileira. Em um mundo cada vez mais integrado e digitalizado, no qual empresas podem contratar talentos em qualquer parte do planeta, a qualidade do capital humano tornou-se um dos principais fatores de diferenciação entre países. Não é preciso aprofundar muito a análise para perceber que parte importante do desafio brasileiro está justamente na formação das novas gerações e na qualidade da educação.

Em outras palavras: no século 21, a vantagem competitiva de uma economia ou de uma empresa começa muito antes que seus produtos e serviços disputem os mercados — ela depende do que é aprendido nas salas de aula.

O chamado apagão de mão de obra qualificada deixou de ser um pesadelo distante. Ele já começa a se manifestar no presente e tende a se intensificar, caso não enfrentemos suas causas estruturais.

Um estudo recente do Banco Mundial, que mede o potencial produtivo das populações ao longo da vida, por meio do HCI+ (Índice de Capital Humano Ampliado), ajuda a dimensionar o tamanho do desafio. O Brasil alcança 203 pontos em uma escala de 325, acima da média global de 186, mas ainda distante de economias mais avançadas, como os Estados Unidos, com 252 pontos, e o Japão, com 284.

A maior lacuna aparece justamente no campo da educação. Nesse componente do índice, o Brasil registra 115 pontos em uma escala cujo potencial seria de 188, revelando o peso que a formação escolar tem na construção do capital humano. O próprio estudo aponta que o trabalhador brasileiro acumula, em média, apenas metade do capital humano de um trabalhador norte-americano, o que ajuda a explicar parte das dificuldades do país em ampliar sua posição como player global.

Os reflexos desse cenário já aparecem na economia real. Estudos sobre produtividade mostram que de 2019 a 2024 o crescimento médio da produtividade do trabalho no Brasil foi de só 0,28% ao ano, um ritmo considerado muito baixo para sustentar avanços consistentes. A raiz desse problema está diretamente conectada à qualidade da educação e à dificuldade de preparar jovens para uma economia cada vez mais baseada em conhecimento, inovação e tecnologia.

Seria um equívoco, no entanto, atribuir exclusivamente às políticas públicas voltadas para o setor a responsabilidade. A construção de uma educação de qualidade é necessariamente um projeto coletivo, que envolve famílias, professores, academia, setor produtivo e sociedade civil organizada. E nesse processo, o professor ocupa um papel central e insubstituível.

Vivemos também uma era marcada por ciclos acelerados de inovação tecnológica. Novas ferramentas pedagógicas já transformam profundamente a forma como aprendemos e trabalhamos. Quando falamos de tecnologia na sala de aula, estamos tratando da possibilidade de aproximar conhecimento e prática, conectando a formação dos estudantes às demandas reais da vida e da economia contemporâneas.

Nesse contexto, o ensino técnico e profissionalizante ganha relevância estratégica. Dados comparativos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostram que só cerca de 15% dos estudantes brasileiros do ensino médio estão matriculados em cursos técnicos, enquanto a média entre os países da organização supera 40%. Essa diferença revela uma oportunidade importante para ampliar a formação profissional e fortalecer a conexão entre escola e mercado de trabalho....

O debate em torno do novo PNE (Plano Nacional de Educação) trouxe recentemente um avanço relevante nesse campo. A partir de contribuições e articulações da sociedade civil organizada junto à Câmara dos Deputados, o texto do projeto passou a incorporar também a graduação dentro de uma lógica mais integrada com o ensino técnico e profissionalizante, reconhecendo que diferentes trajetórias formativas podem dialogar e fortalecer a qualificação dos jovens.

Trata-se de um ganho importante para o país, especialmente por seu potencial impacto sobre produtividade e empregabilidade –ainda que haja muito a avançar para que educação, formação profissional e desenvolvimento econômico caminhem de forma plenamente integrada.

O Brasil tem uma diversidade de talentos e competências produtivas reconhecida internacionalmente. O país se destaca em setores como o agronegócio, a indústria aeronáutica, a construção civil, a arquitetura, o design, a indústria de calçados e diferentes segmentos da economia criativa. Em todos esses campos, conhecimento técnico, inovação e formação profissional caminham lado a lado.

A educação precisa dialogar com essas vocações produtivas. Experiências práticas, formação técnica, contato com diferentes profissões e parcerias entre escolas e empresas ajudam a despertar o interesse dos jovens e a dar sentido ao conhecimento adquirido em sala de aula.

O setor produtivo, é importante destacar, também tem um papel decisivo. Empresários que se aproximam da educação –por meio de parcerias com escolas, programas de formação, estímulo ao ensino técnico e apoio a iniciativas da sociedade civil– não estão apenas exercendo sua responsabilidade social. Estão investindo no ativo mais valioso de qualquer economia: o capital humano.

No fundo, a discussão sobre educação deixou de ser apenas um tema social. Ela se tornou uma das principais agendas econômicas e estratégicas para o futuro do país. Diante desse cenário, uma pergunta precisa orientar a reflexão do setor produtivo brasileiro: quanto cada empresa tem investido, de fato, na educação como prioridade estratégica e se articulado junto ao poder público para a melhoria dessa tão vital política de Estado?

A resposta a essa pergunta pode ser decisiva para que ampliemos a participação do setor produtivo na formação de talentos e enfrentemos com mais rapidez a urgência de melhorar a educação, a produtividade e a competitividade do Brasil. Ao mesmo tempo, garantindo um legado duradouro.



Pedro Gonçalves
Engenheiro agrônomo e pesquisador da Scot Consultoria.

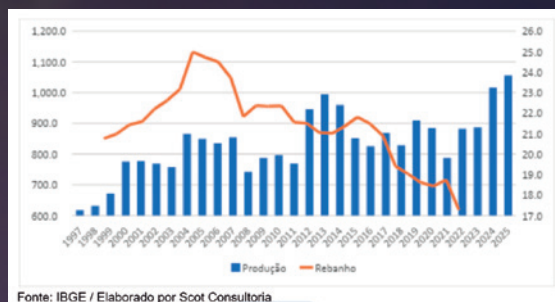
Produtividade para atender a demanda

Para produzir mais, nem sempre é necessário mais, talvez apenas melhor.

O Mato Grosso do Sul é o 4º produtor de carne bovina do Brasil, atrás de Mato Grosso, São Paulo e Goiás. Em 2024 o estado ultrapassou pela primeira vez a marca de 1,0 milhão de toneladas equivalente-carcaça (1.016 mil t), e em 2025 chegou em 1.055 mil t.

Figura 1.

Rebanho bovino, em milhões de cabeças, e produção de carne bovina, em mil toneladas de carcaça, em Mato Grosso do Sul.

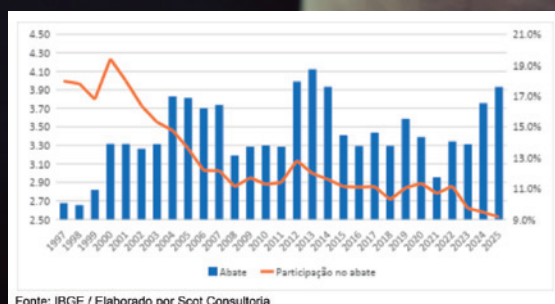


O interessante foi o descolamento entre volume absoluto e a participação relativa. A produção sul-mato-grossense cresceu em toneladas, mas a participação nacional caiu de entre 18,0 e 20,0% no fim dos anos 1990 para 9,8% em 2024. Isso não indica encolhimento da produção, mas que outros polos (sobretudo, Mato Grosso e a região Norte – Pará, Rondônia) cresceram mais rapidamente no período, diluindo o peso relativo do MS.

Com relação ao abate, foram 3,76 milhões de cabeças em 2024, o que coloca o estado na 5ª posição nacional, praticamente empatado com Minas Gerais. O detalhe revelador é que o rebanho encolheu de 24,7 milhões de cabeças (2005) para 18,74 milhões (2024). O MS passou a produzir mais carne com menos bovinos, um claro ganho em produtividade, o que nos leva ao peso de abate.

Figura 2.

Abate, em milhões de cabeças, e participação no abate brasileiro, em porcentagem.



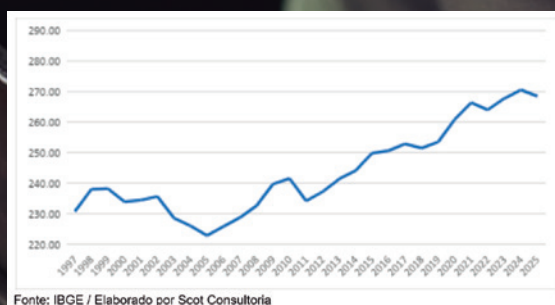
Peso médio de abate

Aqui está boa parte da explicação para o aumento de produção com rebanho menor. O peso médio de carcaça subiu, saindo de 230,0 kg/carcaça em 1997, para 244,0 kg em 2014 e atingiu 270,6 kg em 2024, com leve queda para 268,0 kg em 2025.

São 40,0 kg a mais por bovino ao longo do período, com aceleração nítida a partir de 2014. Esse ganho de peso, reflexo de melhor genética, confinamento e terminação eficiente, permitiu o crescimento da produção mesmo com abate e rebanho relativamente estáveis ou em queda. É o retrato de uma pecuária que se intensificou.

Figura 3.

Peso médio de abate, em kg de carcaça, em Mato Grosso do Sul.



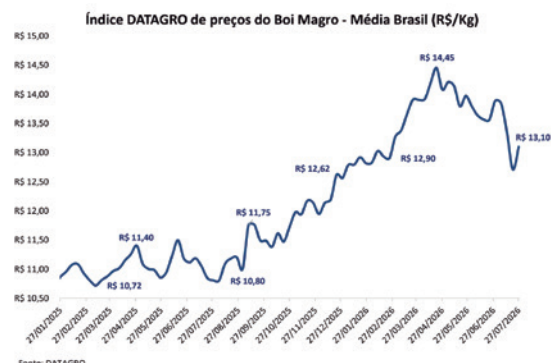


Mercado e custos de produção

DATAGRO



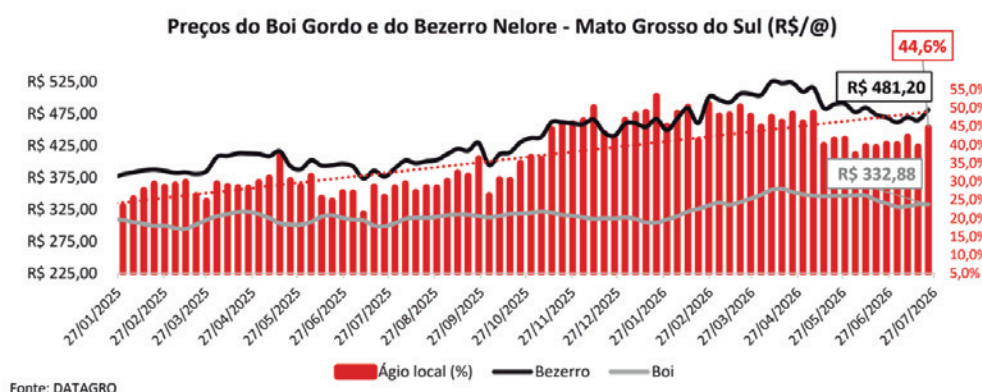
fornecedora oficial do indicador de referência para
a liquidação dos contratos futuros do Boi Gordo na B3



Na praça de Mato Grosso do Sul, assim como nas demais praças, as cotações do boi gordo registraram uma queda ao longo do mês de julho, voltando a operar abaixo dos preços da praça base São Paulo, buscando maior equilíbrio nesse momento de exportações mais retraídas em função dos menores volumes enviados à China pelo avanço do preenchimento da cota de carne bovina. O movimento apoiou uma demanda restrita por animais terminados, encurtando as escalas mesmo em um cenário de ganhos de tração da safra de animais terminados a pasto. Ainda assim, a oferta curta permitiu avanço pontuais.

Esse ambiente é sustentado por um mercado interno resiliente, com preços da carcaça casada voltando a recuar a patamares próximos do início de 2026, com a carcaça casada cotada próxima de R\$ 22,50/kg no atacado paulista. Nas exportações, os embarques de carne bovina indicam desaceleração nas parciais do SECEX, com estabilidade de preços da tonelada exportada próxima de US\$ 6,30/kg, ainda que as projeções da DATAGRO indiquem uma retração desses avanços nas negociações no curto prazo após um período prolongado de alta, indicando a dificuldade de diversificação de destinos na ponta exportadora.

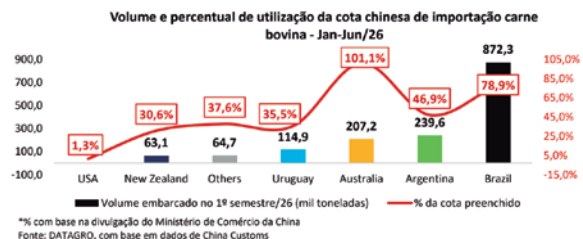
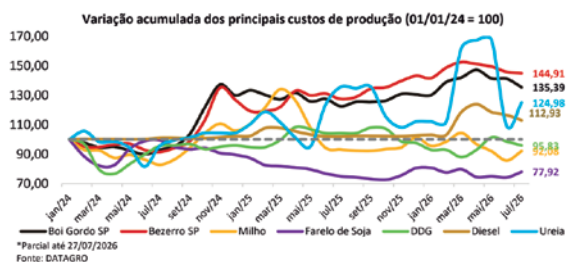
Com a patamar mais estável dos preços do boi gordo, os preços das categorias de reposição voltaram a avançar levemente, registrando preços próximos de R\$ 480,00 por arroba bovina de bezerro na última semana de julho, acumulando um ágio próximo de 45% em relação aos preços médios locais do boi gordo no mês de julho. O movimento é apoiado também pela maior oferta de animais magros dado o avanço da estação seca do ano.



Após o prolongamento do conflito e intenso reajuste que foi repassado de maneira direta ao produtor no Brasil, o avanço nas negociações e reorganização gradual do tráfego marítimo têm contribuído para reduzir as incertezas globais. Nesse momento, a reorganização da oferta sobre os produtos já retirou parte da pressão sobre os preços de fertilizantes nitrogenados e combustíveis, uma melhora na margem da operação ao setor agropecuário. Mesmo com a desvalorização do boi gordo, os custos da reposição em patamares recordes encontram dificuldade para serem diluídos, mesmo na operação com insumos mais baratos na nutrição, em especial nos grãos, com o avanço da colheita na região central apoiando preços altamente atrativos de milho, DDG e farelo de soja.

Com a desvalorização recente do boi gordo, os custos de reposição em patamares firmes passam a disputar a margem curta da operação com insumos altamente atrativos de nutrição, ainda que o transporte (combustíveis fósseis, fretes) influencie nos custos variáveis, exigindo maior cautela do produtor para a operação nesse momento. A extensão dessas condições pode ainda deprimir os incentivos à produção de insumos hoje baratos, como os grãos e outros coprodutos utilizados na terminação de bovinos, representando um risco de médio/longo prazo para a safra 2026/2027 no Brasil.

Conclui-se que apesar dos recordes nominais de preço da arroba nos principais estados brasileiros acompanhados pela DATAAGRO, as margens mais enxutas para o segundo semestre do ano poderão ser agravadas pela chegada do fenômeno El Niño, que exige atenção, em especial para a região norte do Estado, podendo atrasar as chuvas de primavera. No mês de julho, o Copom (Comitê de Política Monetária) brasileiro confirmou o terceiro corte na Taxa Selic, saindo de 14,50% para 14,25% ao ano. Nas projeções para o final de 2026, o reflexo da guerra e a questão fiscal brasileira mantém uma postura mais cautelosa nos cortes, com projeções do mercado indicando que dificilmente teremos taxas básicas de juros inferiores a 14,0% ao final do ano corrente.



No complexo exportador, o preenchimento das cotas chinesas de carne bovina indica um provável esgotamento da cota livre de sobretaxas em meados de Agosto, com a confirmação de que não haverá implementação de nenhum tipo de regulação da cota de 2026 por parte do governo brasileiro. Apesar das projeções indicarem uma menor produção de carne bovina brasileira para 2026 e da capacidade do país em diversificar seus destinos até o momento, a paralisação de compras destinadas à China começa a afetar as compras em um período onde sazonalmente, há aumento da oferta de animais terminados a cocho. Vale ressaltar que a cota adicional de 55% deverá reduzir a forte competitividade do Brasil, mas não inviabiliza totalmente a operação, ainda que em volumes inferiores aos praticados atualmente.

O cenário ofereceu condições de suporte aos preços da arroba até que os envios de carne à China fossem negociados em volume elevado. Ainda que o efeito sazonal de maior oferta de animais favoreçam em algum nível operações mais confortáveis às indústrias, a demanda contida tem suportado essa folga operacional. Ainda assim, as projeções da DATAAGRO indicam um cenário de escassez global significativa de carne bovina, abrindo espaço para que a viabilidade reduzida das remessas à China possa ser ao menos parcialmente compensada em outros mercados, como os EUA, Chile e países da Ásia e da África, importantes compradores responsáveis pela diversificação de destinos e pela redução da dependência chinesa nos últimos anos, em especial com a resolução da Guerra no Oriente Médio.



genial | agro
investimentos

Mesa Agro, Câmbio, Gestão de Recursos,
Consórcio, Gestão de Patrimônio, Comercializadora
de Energia, Seguro e Previdência, Banco
de Investimentos e Administradora de Fundos.



Conheça todos
os benefícios
de ser Genial Agro
e abra sua conta.

Tempo é dinheiro

a nova equação da
pecuária
de corte



“O maior desperdício
da pecuária brasileira
não é a falta de
pasto, é o tempo.”



Tempo é dinheiro:

a nova equação da pecuária de corte

Pesquisador da Embrapa mostra ao Sindicato Rural como reduzir o tempo de permanência do boi na fazenda pode valer mais que aumentar a área de pasto — e por que o futuro da atividade passa por medir arrobas por hectare, não por animal.

Enquanto a lavoura avança sobre antigas áreas de pastagem em praticamente todo o país, a pecuária de corte é obrigada a repensar sua lógica de produção. Foi esse o pano de fundo da palestra do pesquisador licenciado da Embrapa Gado de Corte, Luiz Orcírio Fialho de Oliveira, apresentada em mais um encontro promovido pelo Sindicato Rural.

Os números apresentados por Fialho de Oliveira ilustram bem a pressão sobre a terra. Levantamento baseado em dados do IBGE mostra que, entre 1995 e 2017, o Brasil perdeu 28,27 milhões de hectares de pastagem — uma redução de 28% na área total, que caiu de 177,93 milhões para 149,67 milhões de hectares. O fenômeno foi mais intenso no Sudeste, com queda de 31,68%, mas também afetou fortemente o Centro-Oeste, incluindo Mato Grosso do Sul, onde a área de pastagem recuou de 21 milhões para 17 milhões de hectares. A única região que ampliou espaço para a pecuária foi o Norte, com crescimento de 28,25%.

Diante desse cenário, o recado do pesquisador foi direto: se a terra encolhe, o tempo se torna o recurso mais valioso da produção. "O maior desperdício da pecuária brasileira não é a falta de pasto, é o tempo. Cada mês a mais que um boi permanece na fazenda representa menor produtividade, maior custo e menor rentabilidade", resumiu. Para ele, o setor precisa migrar de uma pecuária baseada em área para uma pecuária baseada em tempo — o que significa parar de medir o resultado em arrobas por animal e passar a medir em arrobas por hectare.

A trajetória pessoal do palestrante ajuda a situar a mudança em curso. Formado em 1985, ele viveu a transição de uma pecuária que dependia quase exclusivamente da suplementação mineral para os sistemas atuais de suplementação proteica e energética, cada vez mais sofisticados. Enquanto há três décadas o boi era abatido com 48 meses, hoje já existem programas comerciais operando entre 24 e 30 meses, com experiências avançadas caminhando para 18 meses. Um exemplo prático apresentado veio de uma propriedade parceira da Embrapa em Nova Andradina, onde a idade média de abate já está em 21 meses, com apenas 12 a 13 meses de permanência do animal na fazenda.

O potencial de ganho, no entanto, esbarra na sazonalidade do clima. Dados históricos mostram que o ganho de peso diário a pasto varia de 700 a 800 gramas entre novembro e janeiro, cai para 500 a 600 gramas em fevereiro e março, e despenca para praticamente zero entre julho e agosto — período de seca em que a oferta de forragem se torna escassa e de baixo valor nutricional. A média nacional de ganho de peso, hoje em torno de 340 gramas por animal ao dia, ainda está distante do potencial das pastagens brasileiras, calculado em cerca de 400 gramas.

É nesse intervalo entre o potencial e a realidade que entram as duas estratégias centrais defendidas pelo pesquisador: suplementação e adubação. Na propriedade estudada, a combinação de suplementação proteica na seca (600 gramas por animal) e nas águas (300 gramas), associada à separação dos lotes por peso — prática batizada de "sequestro", que retira do pasto os animais mais avançados para liberar forragem aos demais —, resultou em ganhos médios de 637 gramas na seca e 548 gramas nas águas. Já a etapa de pré-confinamento a pasto, testada entre janeiro e março, elevou o ganho médio para impressionantes 1,465 kg por dia, levando um lote de 348 kg a 429 kg em apenas 55 dias.





O efeito da correção do solo mostrou-se igualmente decisivo. Em área adubada com calcário e fertilizante fosfatado, a taxa de lotação chegou a três unidades animais por hectare nas águas, com ganho médio de 730 gramas — praticamente o dobro do resultado obtido em áreas sem correção adequada. Os custos diários variaram de R\$ 3 na suplementação simples a R\$ 17 no confinamento, valores considerados compatíveis com o retorno obtido pela redução do ciclo produtivo.

A mensagem final resume o espírito da apresentação: não existe pacote pronto, mas existe método. Cada propriedade precisa definir metas de tempo de permanência e ganho de peso, medir os resultados com rigor e ajustar a estratégia conforme a resposta do rebanho. Em um cenário de terra cada vez mais disputada entre pecuária, lavoura e florestas plantadas, o produtor que dominar essa equação — tempo, suplementação e solo — sairá na frente na corrida pela rentabilidade.





Thiago Bernardino de Carvalho
Economista Agrícola (ESALQ) e Doutor em Administração de Empresas (FEA/USP).
Professor da ESALQ e Coordenador de Pecuária CEPEA/ESALQ/USP.

Participação do Estado do Mato Grosso do Sul na balança comercial da carne bovina brasileira

O Brasil consolidou-se nas últimas décadas como o maior exportador mundial de carne bovina, resultado da combinação entre disponibilidade de recursos naturais, elevado rebanho bovino, ganhos de produtividade, avanços sanitários e crescente competitividade da indústria frigorífica. As exportações representam um dos principais motores da cadeia pecuária nacional, contribuindo para a geração de divisas, o desenvolvimento regional e a valorização da arroba do boi gordo.

A balança comercial da carne bovina caracteriza-se por um expressivo superávit estrutural. Enquanto as exportações alcançam volumes e receitas crescentes, as importações permanecem reduzidas e concentradas em nichos específicos, como cortes premium, produtos destinados à indústria de alimentos e operações pontuais de complementação de mercado. Dessa forma, o saldo comercial brasileiro é amplamente positivo, reforçando a importância da pecuária bovina para o comércio exterior do país.

O desempenho das exportações brasileiras está diretamente relacionado à elevada demanda internacional por proteína animal, especialmente de mercados asiáticos, com destaque para a China, além de Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Chile, União Europeia e outros importantes importadores.

A diversificação de mercados e a ampliação das habilitações sanitárias permitiram ao Brasil reduzir riscos comerciais e ampliar sua presença global, mesmo em um ambiente marcado por mudanças geopolíticas, barreiras comerciais e novas exigências relacionadas à sustentabilidade, rastreabilidade e bem-estar animal. Entretanto, a adoção de cotas tarifárias pela China em 2026 representa uma mudança estrutural importante para o setor, exigindo maior diversificação dos destinos das exportações brasileiras e fortalecimento de acordos comerciais.

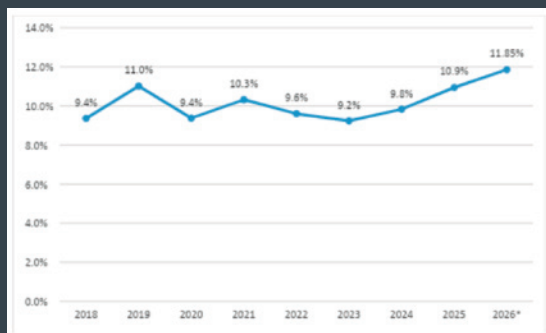
Nesse contexto, Mato Grosso do Sul ocupa posição estratégica na pecuária nacional. O Estado reúne um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, ampla disponibilidade de pastagens, localização privilegiada, parque frigorífico moderno e reconhecida capacidade de atender aos requisitos sanitários dos mercados internacionais. Esses fatores permitiram consolidar Mato Grosso do Sul entre os principais exportadores brasileiros de carne bovina.

A carne bovina representa um dos principais produtos da pauta exportadora sul-mato-grossense, ao lado da celulose e da soja. Em 2026, mesmo diante da valorização do real e das mudanças no ambiente internacional, o produto permaneceu entre os principais responsáveis pela geração de divisas para o Estado. No acumulado dos primeiros meses do ano, a carne bovina respondeu por cerca de um quinto das exportações estaduais, mantendo elevada participação na balança comercial e contribuindo decisivamente para o expressivo superávit registrado por Mato Grosso do Sul.



É o melhor ano de participação do Estado nas exportações de carne bovina brasileira, considerando os anos de 2018 a 2026 – este último na média até junho. Neste ano, Mato Grosso do Sul representou 11,9% das exportações brasileiras, ultrapassando até o momento o melhor ano que havia sido em 2019.

Os embarques sul-mato-grossenses de carne bovina somam em 2026 o montante de 198,15 mil toneladas (o total do Brasil foi de 1,67 milhões de toneladas).



Em termos comparativos, o Estado do Mato Grosso do Sul está empatado na terceira posição com o estado goiano, com cerca de 11,85% de representatividade nos embarques brasileiros. Os quatro maiores estados representam cerca de 68% das exportações do Brasil, liderado pelo Mato Grosso, com mais de um quarto.

Figura 1 – Porcentagem anual de exportação de carne bovina sul-mato-grossense sobre o total do Brasil

Fonte: Mdic. Elaboração Autor
*2026 = média de janeiro a junho

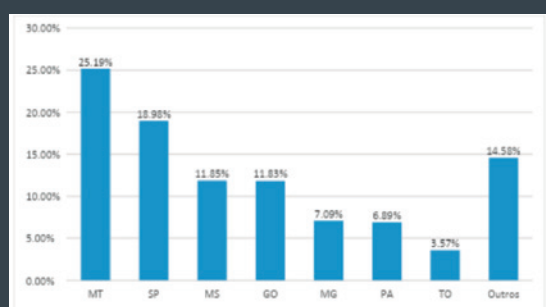


Figura 2 – Participação estadual nas exportações brasileiras de carne bovina no ano de 2026
Fonte: Mdic. Elaboração Autor

Outro aspecto relevante é que as importações de carne bovina pelo Estado são praticamente inexistentes quando comparadas às exportações. Assim como ocorre em âmbito nacional, Mato Grosso do Sul apresenta forte vocação exportadora, caracterizando-se como fornecedor líquido de proteína bovina para o mercado internacional. Essa condição resulta em um saldo comercial altamente positivo para o setor, fortalecendo a renda da cadeia produtiva e ampliando os efeitos multiplicadores sobre a economia estadual.

A China permanece como o principal destino da carne bovina produzida em Mato Grosso do Sul, seguida por mercados da América do Norte, Oriente Médio, América do Sul e Ásia. A elevada dependência do mercado chinês, entretanto, aumenta a sensibilidade do setor às mudanças nas políticas comerciais daquele país, como a implantação de cotas de importação e alterações tarifárias. Esse cenário reforça a importância da abertura de novos mercados e da diversificação dos destinos das exportações, reduzindo riscos e ampliando a resiliência da cadeia produtiva.

Além da geração de receitas cambiais, as exportações de carne bovina exercem papel fundamental na sustentação dos preços pagos ao produtor rural. Em períodos de maior demanda internacional, observa-se aumento da competição entre frigoríficos pela aquisição de animais, contribuindo para a valorização da arroba do boi gordo e estimulando investimentos em genética, nutrição, manejo de pastagens e tecnologias de produção. Por outro lado, alterações nas condições do comércio internacional podem provocar impactos diretos sobre o mercado doméstico, influenciando o ritmo dos abates, os preços da reposição e as decisões de investimento ao longo do ciclo pecuário.

As perspectivas para os próximos anos permanecem favoráveis para Mato Grosso do Sul. O Estado reúne condições para ampliar sua participação nas exportações brasileiras, impulsionado pelo aumento da produtividade, expansão da integração lavoura-pecuária, investimentos industriais, melhorias logísticas e crescente adoção de sistemas de produção sustentáveis. Contudo, o setor deverá enfrentar desafios importantes, como o aumento das exigências ambientais dos mercados importadores, a necessidade de ampliar a rastreabilidade individual dos animais, a intensificação das negociações comerciais internacionais e a adaptação às novas regras impostas por grandes compradores globais.

Em síntese, a balança comercial da carne bovina confirma a elevada competitividade da pecuária brasileira e evidencia o papel estratégico de Mato Grosso do Sul na geração de divisas, no abastecimento dos mercados internacionais e no fortalecimento do agronegócio nacional. O desempenho exportador do Estado reforça sua posição como um dos principais polos da pecuária de corte brasileira, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional e para a consolidação do Brasil como líder mundial no comércio internacional de carne bovina.



Podcast COMITIVA

Três diretoras do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho compartilham histórias de herança familiar, superação e liderança em episódio especial do podcast dos 75 anos, gravado no Dia Internacional da Mulher. Elas relembram trajetórias marcadas pela criação no campo, a assunção de negócios de família e a conquista de espaço em ambientes predominantemente masculinos. O relato reforça como educação, determinação e apoio familiar sustentam o protagonismo feminino crescente no agronegócio.

Podcast COMITIVA



Episódio especial do podcast dos 75 anos do SRCG, gravado em celebração ao Dia Internacional da Mulher, reúne três diretoras da entidade para falar sobre herança familiar, liderança e os desafios de conciliar fazenda, família e negócio.

Em uma tarde de comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho reuniu três de suas diretoras para um episódio que fugiu do tom estritamente técnico dos encontros do setor. Cláudia Novaes Guimarães, Marisa Coimbra e Heloísa Moraes dividiram memórias de infância, trajetórias profissionais e reflexões sobre o papel da mulher no campo — um retrato que mistura afeto, superação e visão de negócio.

A conversa começou pelas raízes. Marisa Coimbra é filha de um dos fundadores e primeiro presidente do sindicato, um advogado apaixonado por história e por gado que, segundo ela, foi se convertendo do gir ao nelore por influência do sogro, um dos precursores a trazer o nelore vermelho para a região.

Criada entre o Rio de Janeiro e as fazendas da família em Mato Grosso do Sul, Marisa lembra das cadernetas do pai, que percorria o mangueiro anotando características dos animais e batizando-os com nomes de procedência indiana — um "olho clínico" que ela guarda até hoje como herança. Não seguiu a pecuária como o irmão, que assumiu a condução dos negócios da família, mas preservou as propriedades recebidas em herança como um compromisso pessoal: "eu posso passar fome, mas eu não abro mão do que é nosso".

Já Heloísa Moraes trouxe a lembrança do pai como contador de causos e presença constante nas reuniões do sindicato, hábito que ela mesma incorporou ao longo da vida. Sua trajetória junto à suinocultura da família se cruzou com o curso Líder, promovido pela Famasul, que ela descreveu como um divisor de águas:

Podcast COMITIVA

"abriu as portas para mim, porque a gente acaba ficando muito no mundo da fazenda". Foi ali, segundo contou, que conseguiu enxergar um universo de relações e oportunidades que conhecia de longe, mas do qual não participava ativamente.

Cláudia Novaes Guimarães, por sua vez, chegou a Campo Grande aos 18 anos vinda de São Paulo para tocar, ao lado da irmã, os negócios que o pai havia iniciado no estado, incluindo a compra da antiga central de genética que se tornaria referência em nelore. Sem o pai fisicamente presente no dia a dia, tudo era resolvido por telefone e fax, e o aprendizado veio, em suas palavras, "errando mesmo". A experiência de exigência dentro da família moldou sua forma de criar os próprios filhos: ambos foram orientados a trabalhar fora antes de assumir qualquer função na empresa da família, para amadurecer sem o peso das comparações que ela própria enfrentou.

Liderança que se aprende fazendo

Um dos pontos centrais do bate-papo foi o exercício da liderança feminina dentro de ambientes historicamente masculinos. As três reconheceram avanços significativos nos últimos anos, mas também as barreiras que ainda persistem: a timidez em tomar a palavra em reuniões dominadas por homens, a necessidade de conquistar respeito através da postura e da competência, e a importância de se impor sem competir com os companheiros. "A gente tem que ser determinada. Quando a gente quer, a gente faz acontecer", resumiu uma das participantes, defendendo que não existe mais espaço vedado às mulheres no agronegócio.

A discussão avançou também para temas sensíveis da sociedade brasileira, como o crescimento da violência contra a mulher, associada por elas à impunidade, ao consumo de álcool e drogas, e à ausência de referências positivas dentro de casa. Para as diretoras, a educação familiar é o alicerce que determina o comportamento das próximas gerações — tanto no combate à violência doméstica quanto na formação de cidadãos mais conscientes.

O papel do sindicato como espaço de formação também apareceu como fio condutor da conversa. As diretoras destacaram os cursos e programas voltados à capacitação feminina promovidos pela entidade, além de iniciativas ligadas à educação, como o projeto que leva informação qualificada sobre o agronegócio para dentro das salas de aula, driblando narrativas distorcidas sobre o setor presentes em materiais escolares.

Ao final, o encontro reforçou uma mensagem simples e potente: o protagonismo feminino no campo não é concessão, é conquista construída geração após geração, dentro de casa, no manguieiro, na lavoura e nas salas de reunião. Um legado que essas mulheres, hoje à frente de suas famílias e de suas empresas, se comprometem a multiplicar.

Assista aos episódios comemorativos dos 75 Anos do SRCG

Quer conhecer mais histórias de liderança, desafios do agronegócio e reflexões sobre o futuro do setor?

Cada episódio reúne conversas profundas com lideranças que ajudaram a construir e continuam fortalecendo o agronegócio brasileiro.

 Youtube | SRCGMS



 Spotify | SRCGMS



Acesse o canal @SindicatoRuraldeCampoGrande no YouTube e acompanhe todos os episódios da série comemorativa dos 75 anos do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho.

PROTEÇÃO E SEGURANÇA para quem vive do campo



CUIDE BEM DO QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ.

Com o Seguro de Vida da **Icatu Seguros**, você e sua família podem aproveitar todos os momentos com proteção e segurança.



O QUE É O SEGURO DE VIDA?

O Seguro de Vida é uma **segurança financeira** para que você possa viver com tranquilidade em todas as fases da vida. Ele proporciona uma indenização em dinheiro em situações inesperadas, como acidentes que o impeçam de trabalhar ou mesmo em casos de morte. Essa indenização pode ser usada para ajudar a cobrir despesas adicionais, mantendo o seu conforto e da sua família durante momentos desafiadores.

O **Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho** em parceria com a **Icatu Seguros** oferece um seguro de vida flexível, acessível e completo para você e sua família.

- ✓ Coberturas personalizáveis
- ✓ Proteção em vida (invalidez, doenças graves, etc.)
- ✓ Assistência viagem e funeral
- ✓ Segunda Opinião Médica Internacional
- ✓ Contratação até 70 anos

Idade do Associado	Capital Contratado	Associado Titular (Valor na Contratação)	Titular + Cônjuge (Valor na Contratação)
18 - 35 anos	R\$ 100.000,00	R\$ 42,09	R\$ 55,49
36 - 40	R\$ 100.000,00	R\$ 51,43	R\$ 65,69
41 - 45	R\$ 100.000,00	R\$ 66,68	R\$ 83,67
46 - 50	R\$ 100.000,00	R\$ 81,17	R\$ 102,74
51 - 55	R\$ 100.000,00	R\$ 128,81	R\$ 157,99
56 - 60	R\$ 100.000,00	R\$ 186,47	R\$ 229,03
61 - 65	R\$ 100.000,00	R\$ 276,87	R\$ 343,04
66	R\$ 100.000,00	R\$ 232,80	R\$ 311,26
67	R\$ 100.000,00	R\$ 259,57	R\$ 347,05
68	R\$ 100.000,00	R\$ 289,42	R\$ 386,96
69	R\$ 100.000,00	R\$ 322,70	R\$ 431,46
70	R\$ 100.000,00	R\$ 359,81	R\$ 481,08

Faça sua adesão!
Setor de Cadastro:
(67) 9 9618-7959
(67) 3341-2151



Segurança jurídica no campo:

o preço alto de improvisar na gestão trabalhista rural

“ Documentação técnica e contratos bem redigidos são hoje a principal defesa do produtor rural em disputas trabalhistas. ”

Segurança jurídica no campo:

o preço alto de improvisar na gestão trabalhista rural



Em encontro promovido pelo Sindicato Rural, especialistas alertaram produtores sobre as novas exigências da legislação trabalhista, os riscos do pagamento "por fora" e as alternativas legais para proteger o negócio rural de processos judiciais.

O produtor rural brasileiro convive hoje com uma equação cada vez mais complexa: produzir com eficiência e, ao mesmo tempo, blindar sua operação contra passivos trabalhistas que podem comprometer anos de trabalho em poucos meses de execução judicial. Foi esse o pano de fundo de mais um café da manhã promovido pelo Sindicato Rural, que reuniu associados para debater as mudanças recentes na legislação e os cuidados indispensáveis na gestão de pessoas no campo.

Ao abrir o encontro, o presidente da entidade, Eduardo Monreal, reforçou o papel do sindicato como ponte entre a tecnologia jurídica e a rotina da propriedade rural, destacando que "o produtor precisa estar informado para que toda a legislação seja de fato conhecida e aplicada". A fala deu o tom da manhã, conduzida pelos advogados trabalhistas João e Tarcísio Medeiros, sócio do escritório Neves Medeiros, que discutiram sobre temas que vão da reforma da escala 6x1 à recém-criada NR-1.



Um dos pontos centrais da palestra foi justamente a Norma Regulamentadora nº 1, voltada à prevenção de doenças psicossociais como o burnout. Em vigor há mais de um ano — embora as multas estejam temporariamente suspensas por 90 dias, sem que isso afete a obrigatoriedade da norma —, a NR-1 surge em resposta a um crescimento de aproximadamente 400% nos processos relacionados a adoecimento psíquico ligado ao trabalho nos últimos anos. Na prática, ela substitui perícias judiciais superficiais por avaliações técnicas prévias, feitas por médico do trabalho diretamente na propriedade, que resultam em planos de ação documentados. Para o produtor, o investimento — que pode incluir desde ajustes no PGR até benefícios como academia ou palestras periódicas — funciona como um seguro: em caso de disputa judicial, a documentação técnica passa a ser a principal defesa do empregador.

Outro alerta recorrente foi sobre o pagamento "por fora", prática ainda comum no campo, mas cada vez mais arriscada. Com o acesso do Judiciário a sistemas como o Sisbajud, que rastreiam movimentações bancárias, depósitos não identificados e pagamentos em espécie tornaram-se provas frequentes em ações que resultam no reconhecimento retroativo de salários. A recomendação dos advogados é clara: formalizar a remuneração integralmente na carteira, utilizando alternativas legais para complementar ganhos, como cartões de benefícios corporativos ou adiantamentos de diária de viagem, que reduzem encargos sem recorrer à informalidade.





A reportagem também trouxe à tona um alerta sobre bonificações e prêmios pagos com regularidade mensal e valores fixos: quando repetidos indefinidamente, correm o risco de serem interpretados pela Justiça como salário disfarçado. A orientação é variar valores e periodicidade, evitando um padrão que configure habitualidade.

Sobre terceirização, ficou reforçado que o tomador de serviço responde de forma subsidiária — não solidária — pelos débitos trabalhistas do prestador, o que não elimina a necessidade de fiscalização ativa. Cláusulas contratuais que condicionam o pagamento final à comprovação de quitação de tributos, EPIs e encargos previdenciários surgem como mecanismo eficaz de proteção, assim como a retenção parcial de valores até o fim do prazo prescricional de dois anos após o desligamento — período em que o trabalhador ainda pode reivindicar direitos retroativos a até cinco anos de vínculo.

Questões práticas do dia a dia também ganharam espaço: da obrigatoriedade de folga semanal — que não precisa coincidir com o domingo, mas deve existir sob pena de risco de enquadramento como condição análoga à escravidão — à necessidade de documentar a entrega de equipamentos de proteção individual como base para eventual aplicação de advertência, suspensão ou justa causa.

Ao final, ficou o recado que resume o espírito do encontro: não existe fórmula mágica que elimine todo risco trabalhista no campo, mas há um caminho seguro entre a informalidade arriscada e a burocracia excessiva. Esse caminho passa por orientação jurídica constante, documentação rigorosa e disposição do produtor para tratar a gestão de pessoas com a mesma seriedade dedicada à produção.



Festajulina

No dia 24 de julho, o Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho promoveu uma animada Festa Julina, reunindo associados, colaboradores e suas famílias em uma noite marcada pela alegria, integração e muita descontração. Com comidas típicas, música e um clima de confraternização, o evento celebrou os laços que fortalecem a nossa entidade. Confira alguns registros dessa grande festa!



Aniversariantes do mês agosto

ADÃO JORGE MORAES CASTILHO	13/08
ALUIZIO LESSA COELHO FILHO	21/08
CELSO RAMOS REGIS	20/08
DIVA RODRIGUES PEREIRA	03/08
EDGAR SPERB JUSTU	03/08
ELEIZA MORAES MACHADO	12/08
ELI MERCEDES G. PARZIANELLO	13/08
FELIPE FARIA DOSSI	19/08
GASTÃO LEMOS MONTEIRO	03/08
GENTIL TALGATTI	10/08
GUILHERME XAVIER DOS SANTOS PESUSKI	31/08
HIGA NABUKATSU	18/08
HUANG JEAN PAUL	18/08
HUANG TSUNG HUANG	15/08
JAIR VICENTE MARTINS	08/08
JERRY HUANG	25/08
JOÃO BOSCO DE BARROS WANDERLEY	23/08
JOÃO CACÃO	14/08
JOAQUIM DA COSTA CAMPONEZ	30/08
JOI LUIZ DE JESUS	08/08
JOSÉ CARLOS DE ARAUJO	02/08
JOVANI BATISTA DA SILVA	23/08
LAÍS DORIA PASSOS MONTEIRO DE BARROS	04/08
LINEI BARBOSA VIEIRA	02/08
LUIZ ANTONIO SALDANHA RODRIGUES	14/08
LUIZ BORTOLAI MIGLIANO	10/08
MAGDA MACIEL DE OLIVEIRA	24/08
MANOEL JESUS MAIA E EVA ALMEIDA MAIA	22/08
MARIA APARECIDA DA SILVA	23/08
MARIA APARECIDA VICENTE DE OLIVEIRA	14/08
MARIA JUDITE ULIANA ZAGO	29/08
MARIA MARTA FERREIRA THOMAZ	04/08
MARISA CORREA MACHADO HONG KOIM	27/08
NILSON FONTANARI	13/08
SEBASTIÃO NUNES DA SILVA	25/08
TANYA YUMI HIRAHARA DE AGUIAR	25/08
VICTOR LUIZ AQUINO BARBOSA	10/08
ZILDA RODRIGUES DE ALENCAR	16/08



SRCG

CAMPO GRANDE
ROCHEDO
CORGUINHO



Agenda de Cursos

03/08/2026 a 05/08/2026
Conserva de Frutas
SRCG

03/08/2026 a 04/08/2026
Produção de Pães Artesanais
SRCG

03/08/2026 a 04/08/2026
Fundamentos da Utilização de
Drones como Tecnologia de Precisão
no Agronegócio – Módulo II – SRCG

03/08/2026 a 04/08/2026
Operação de Aeronave Remotamente
Pilotada (Drone) – Módulo I – SRCG

03/08/2026 a 04/08/2026
Primeiros Socorros
SRCG

05/08/2026 a 06/08/2026
Gestão de Marketing nas Redes Sociais
SRCG

06/08/2026 a 07/08/2026
Primeiros Socorros
SRCG

10/08/2026 a 11/08/2026
Produção de Bolos e Biscoitos Caseiros
SRCG

13/08/2026 a 16/08/2026
Informática Básica
PA Estrela Campo Grande

17/08/2026 a 20/08/2026
Informática Básica
SRCG

17/08/2026 a 18/08/2026
Primeiros Socorros
Sindicato Rural

18/08/2026 a 19/08/2026
Relações Interpessoais:
Conexões que Transformam
SRCG

19/08/2026 a 22/08/2026
Sistemas, Manejo e Gestão de
Irrigação Localizada (Microaspersão
e Gotejamento)
Presídio da Gameleira

20/08/2026 a 21/08/2026
Aplicação de Vacinas e
Medicamentos em Bovinos
SRCG

20/08/2026 a 21/08/2026 – Oratória
Comunicação Assertiva
SRCG

22/08/2026
Programa Academia de Talentos
Encontro 14 – Produção de Grãos,
Silvicultura e Horticultura
SRCG

24/08/2026
Noções de Primeiros Socorros
SRCG

24/08/2026 a 25/08/2026
Controle de Formigas
Cortadeiras e Cupins
SRCG

24/08/2026 a 25/08/2026
Operação de Aeronave
Remotamente Pilotada (Drone)
Módulo I – SRCG

27/08/2026 a 28/08/2026
Operação e Manutenção de Roçadeira
Sindicato Rural

27/08/2026 a 29/08/2026
Excel Básico – SRCG

31/08/2026 a 02/09/2026
Excel Avançado – SRCG

31/08/2026 a 01/09/2026
Oratória – Comunicação Assertiva
SRCG

31/08/2026 a 03/09/2026
Informática Intermediária
SRCG

31/08/2026 a 01/09/2026
Processamento do Tomate
SRCG

31/08/2026 a 01/09/2026
Operação de Aeronave
Remotamente Pilotada
(Drone) – Módulo I – SRCG

31/08/2026 a 01/09/2026
Operação de Aeronave
Remotamente Pilotada
(Drone) – Módulo I – SRCG

31/08/2026 a 01/09/2026
Gestão Financeira da
Propriedade Rural
Parceira UCDB

31/08/2026 a 02/09/2026
Operação e Manutenção
de Motosserra – SRCG



CLASSIFICADOS

Carlos Salles dos Santos (casado e com 2 filhos) - (18) 99676-3914 / Procura vaga de emprego para serviços gerais, caseiro, jardinagem ou campeiro

Jairso de Vasconcellos (solteiro) - (67) 99255-0574 / Procura vaga de emprego para tratorista. Tem experiência na carteira e referências

Eber Malheiro Nunes (casado e tem 2 filhos) - (67) 99917-3294 / Procura vaga de emprego para capataz. A mulher também procura emprego, tem experiência com cozinha e organização de sede

Rafael Nogueira Gonçalves de Almeida (casado e com 3 filhos) - (67) 99244-6491 / (67) 99891-5926 / Procura vaga de emprego para caseiro ou serviço gerais em chácara ou fazenda. A esposa irá acompanhar e também procura emprego

Nicolli da S. Souza (casada e sem filhos) - (67) 99134-6504 / Procura vaga de emprego para analista de recursos humanos

Erike Antônio Gonçalves Coene (casado e sem filhos) - (67) 99607-9721 / Procura vaga de emprego para operador de máquinas, motorista. Tem mais de 10 anos de experiência na área. A mulher também procura emprego como cozinheira ou ajudante de cozinha

Zilvan Pereira Luna (solteiro e sem filhos) - (67) 99681-3800 / Procura vaga de emprego para auxiliar de veterinário

Marcelo Carrilho Oliveira Lima (casado e sem filhos que acompanham) - (67) 99645-3403 / Procura vaga de emprego para administrador de agropecuária

Produtor, está precisando contratar mão de obra?

Entre em contato com o sindicato, preencha nosso formulário que colocaremos em nossas redes sociais para auxiliá-lo nesta busca.

ANUNCIE AQUI E SEJA VISTO!

ENTRE EM CONTATO

67 3341.2151

Acesse nosso site



www.srcg.com.br

Siga-nos nas redes sociais
@sindicatorduralcg

SRCG
CAMPO GRANDE
ROCHEDO
CORGUINHO





Contatos:

(67) 3341-2151 | 3341-2696

srcg@srcg.com.br

Rua Raul Pires Barbosa, nº 116 Miguel Couto
Campo Grande/MS – Cep 79031-010